

ISSN 15169111

**PAPERS DO NAEA Nº 321**

**DAS “CIDADES NA FLORESTA” ÀS “CIDADES DA FLORESTA”:  
ESPAÇO, AMBIENTE E URBANODIVERSIDADE NA  
AMAZÔNIA BRASILEIRA**

**Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior**

**Belém, Dezembro de 2013**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

### **Vice-reitor**

Horacio Schneider

### **Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

Emmanuel Zagury Tourinho

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Fábio Carlos da Silva

### **Diretor Adjunto**

Durbens Martins Nascimento

## **Coordenador de Comunicação e Difusão**

### **Científica**

Silvio Lima Figueiredo

## **Conselho editorial do NAEA**

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_nea@ufpa.br](mailto:editora_nea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [papers\\_nea@ufpa.br](mailto:papers_nea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 321

Recebido em: 05/11/2013.

Aceito para publicação: 05/12/2013.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# DAS “CIDADES NA FLORESTA” ÀS “CIDADES DA FLORESTA”: ESPAÇO, AMBIENTE E URBANODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA<sup>1</sup>

---

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior*

## **Resumo:**

As “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na Amazônia. Suas características de pequenas cidades, associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com seus respectivos entornos e com localidades próximas. Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia. As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, e tida principalmente como espaço de exploração econômica. Tendo em vista esses pressupostos, o presente artigo analisa essas mudanças no processo de urbanização regional, levando-se em conta o atributo da diversidade no sentido de abordar questões atuais no âmbito regional e de focar particularidades urbanas no âmbito dessa região brasileira.

**Palavras-chave:** Cidades na Floresta. Cidades da floresta. Espaço. Urbanodiversidade. Amazônia brasileira.

## FROM “TOWNS IN THE FOREST” TO “TOWNS OF THE FOREST”:SPACE, ENVIRONMENT AND URBAN-DIVERSITY IN THE BRAZILIAN AMAZON

---

## **Abstract:**

Until the 1960s, “towns of the forest” were the most common in the Amazon region. Their characteristics of small towns and often associated to river travel caused them to create strong links with the dynamics of nature, with rural life far from modern and the forest pace still largely undisturbed. Moreover, these towns always established strong links with their respective surroundings and nearby locations. Although many towns have been losing these characteristics, considered as rural, effectively speaking, they have not completely disappeared, and are still marked in certain sub-regions of Amazonia. “Towns in the forest”, on the other hand, are those that tend to create links principally to demands from outside the region, making the forest an element of little integration with new values of urban life, their denial mainly seen as a space for economic exploitation. Based on those premises, the paper analyzes these urban changes in the Amazon and discusses the pertinence of the diversity attribute as a notion able to approach the regional dynamics today, as well as the urban particularity in that region.

**Key-words:** Towns in the Forest. Towns of the Forest. Space. Urban-Diversity. Brazilian Amazon.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico.

## 1. INTRODUÇÃO

A presente análise volta-se para a compreensão da relação cidade e região na Amazônia. Busca avançar em uma perspectiva em que a floresta esteja associada à particularidade regional, levando-se em conta a diversidade dos pequenos núcleos urbanos e sua forma de inserção no ambiente em seu entorno. Isso porque, em muitas situações, Amazônia e floresta parecem sinônimas, conforme já apontado por Marinho e Schor (2009).

Esses mesmos autores, apoiados em Harvey (2004), mostram que no mundo atual, cada vez mais, o entendimento das cidades deve estar associado aos sistemas socioecológicos, dentro dos quais devem ser compreendidas como habitats contemporâneos e com os quais estabelecem as mais diversas relações. Nossa intenção aqui é de caminhar nessa mesma direção. Discute-se, a partir de uma tipologia das pequenas cidades, a forma como as mesmas se situam e interagem com seus respectivos entornos geográficos, marcados pela presença/ausência da floresta:

El espacio así concebido se define como juego de las ausências y de las presencias, representadas por la alternancia de las sombras y de las claridades, de lo luminoso y de lo nocturno. Los “objetos” en el espacio simulan la aparición y la desaparición más profundas de las presencias. Así, el tiempo se jalona por las presencias. Ritmado por ellas, también contiene los engaños de las cosas, las representaciones simulantes-disimulantes (LEFÈBVRE, 2006, p. 288).

Segundo a perspectiva metodológica que orienta a proposta de análise, a floresta é considerada como espaço socialmente produzido (LEFÈBVRE, 1974) e em suas múltiplas dimensões, dentre elas a ecológica, a econômica, a lúdica, a funcional e, também, a das representações simbólico-culturais, onde se fazem presentes valores e saberes que a tornam parte da vida urbana que a ela se vinculam.

Esse pressuposto possibilita discutir o perfil de três tipos de cidades pequenas (as cidades-empresa, as cidades rodoviárias e as cidades tradicionais) inseridas de maneira diferenciada no contexto regional. Entretanto, para além de tratar da existência de realidades socioespaciais imutáveis e paradas no tempo, busca-se reconhecê-las dentro de contextos geográficos dinâmicos e sujeitos a constantes transformações.

Dessa forma, os diferentes tipos de cidades são particularizados através de suas configurações espaciais e de processos por meio dos quais a floresta e seus recursos (materiais e simbólicos) adquirem significados e importâncias também diferenciados; isso em razão da maior ou menor presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturações socioespaciais impostas à região amazônica em períodos mais recentes. É por meio dessa proposta de argumentação que se discute, inicialmente, a relação da cidade com a região, considerando-se, em seguida, as verticalidades e horizontalidades que configuram o espaço regional, para, finalmente, pensar uma tipologia das pequenas cidades, relacionando-a ao ambiente da floresta.

## 2. INTERPRETANDO A RELAÇÃO CIDADE E REGIÃO NA AMAZÔNIA

Nos últimos anos tem sido muito comum a identificação de cidades da Amazônia brasileira associada às representações e à imagem da floresta. A título de exemplo, Browder e Godfrey (1997) escreveram em coautoria um livro, resultado de pesquisa sobre a urbanização da Amazônia, chamando-o de “*Rainforest Cities*”; Oliveira (2000) também nomeou de “*Cidades na Selva*” sua tese de doutoramento; e mais recentemente, Castro (2008) organizou uma coletânea de artigos sobre cidades e urbanização na Amazônia intitulando-a de “*Cidades na floresta*”. Afora essas obras, outras que abordam a questão regional amazônica e que discutem direta ou indiretamente o seu processo de urbanização também estão bastante associadas à imagem da floresta, como é o caso de Smith (1982), em sua obra “*Rainforest Corridors*”, e Onis (1992), em seu livro “*The Green Cathedral*”.

Conforme salienta Lencioni (1999), muitas vezes o discurso geográfico se exprime por metáforas. Concordando com Berdoulay<sup>2</sup> (*apud* LENCIONI, 1999), considera essa autora que as metáforas se fazem presentes em ciências como a Geografia devido ao fato de esta repousar, em grande parte, em linguagem corrente; daí se constituir um esforço inútil desconsiderar as metáforas. Sugere, em vez disso, ser mais interessante retirar delas os sentidos que expressam.

É com esse propósito que nesta discussão as expressões “cidade da floresta” e “cidades na floresta” serão utilizadas. Busca-se, todavia, para além do sentido metafórico que essas expressões possam sugerir, levantar uma preocupação de fundo: a de estabelecer a relação entre cidade e região em bases conceituais. Para isso remete-se a um empreendimento também de cunho teórico iniciado por Santos (1993, 1994) aquando da sistematização das tendências da urbanização brasileira. Naquele momento esse autor propunha, sob a ótica da modernização do território, pensar a cidade e o urbano no Brasil levando em conta a distinção entre “cidades do campo” e “cidades no campo”.

Tal proposição, de natureza conceitual, que estabelece o significado, a forma e o conteúdo da pequena cidade brasileira no passado e hoje, inspira-nos igualmente a propor, para o caso da Amazônia brasileira, a distinção entre as “cidades da floresta” e as “cidades na floresta”<sup>3</sup>. Trata-se apenas de inspiração, posto que o sentido atribuído por aquele autor ao discutir o processo de modernização do território e sua relação com a dinâmica da urbanização brasileira não é transposto de maneira literal para a análise das pequenas cidades amazônicas aqui tratadas. Ao reconhecermos as “cidades da floresta”, busca-se estabelecer a diferenciação em face de outro tipo de cidade, as “cidades na floresta”, que passaram a compor, a partir do processo mais intenso de integração regional ao

---

<sup>2</sup> BERDOULAY, V. La métaphore organiciste. Contribution à l'étude du langage des géographes. *Annales de Géographie, Paris*, n. 507, p. 573-586, set./out. 1982.

<sup>3</sup> Um passo inicial a essa discussão foi dado através de artigo intitulado “Cidades na floresta: os ‘grandes objetos’ como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico” (TRINDADE JR., 2010), contemplado com o “V Prêmio Milton Santos”, concedido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), em maio de 2011.

espaço brasileiro, a nova estrutura urbana e territorial da Amazônia, notadamente na sua porção oriental.

Tornou-se comum nos estudos sobre a Amazônia referir-se ao processo de urbanização na região mostrando-se a presença no ordenamento territorial de novos núcleos urbanos normalmente associados à difusão de atividades mais modernas e voltadas ao mercado externo. Trata-se, em sua maioria, de “cidades na floresta”, ou seja, aquelas cidades que tendem a se articular principalmente às demandas externas à região, fazendo do ecossistema florestal um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, e visto principalmente como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.).

As “cidades da floresta”, por seu turno, que eram predominantes na região até a década de 1960, normalmente apresentam características de pequenas cidades, associadas à circulação fluvial e com fortes elos em relação à dinâmica da natureza e à vida rural não moderna. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram densas articulações com os seus respectivos entornos ou localidades relativamente próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais e associadas à vida da floresta, elas não desapareceram efetivamente, e ainda definem particularidades de algumas sub-regiões da Amazônia.

Ao se caracterizar este último tipo de cidade, não se pretende uma interpretação essencialista e atemporal do urbano na região, como se a realidade urbana estivesse congelada no tempo, mas sim de considerá-lo a partir de seus enraizamentos e ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional. Tais enraizamentos se traduzem, portanto, na relação das mesmas com o ambiente da floresta, não apenas devido ao fato de estarem próximas a ela, mas por apresentarem interação funcional e simbólica com esse meio ecológico, não obstante as mudanças vivenciadas e a assimilação de novos valores socioculturais muito próprios do mundo globalizado.

Presentes na estrutura urbana regional em realidades que caracterizam dois extremos de cidades na Amazônia, “cidades da floresta” e “cidades na floresta” são apenas “tipos ideais”<sup>4</sup> para se pensar a complexidade da vida urbana na região. Por esse motivo não se pode entendê-las como sendo excludentes e duais. Pelo contrário, a convivência de relações, de temporalidades, de espacialidades e de padrões territoriais, faz-nos reconhecer a complexidade do processo de urbanização na região, remetendo-nos à coexistência de diversas temporalidades e espacialidades, marcadas por uma e por outra, notadamente em realidades relativamente mais transformadas pelos novos processos.

Em função da pluralidade de relações, de temporalidades e de espacialidades que na região se apresentam, o espaço amazônico tende a se dinamizar em função de ser uma sociedade diversamente

---

<sup>4</sup> Para Weber, os “tipos ideais” não reproduzem ou refletem a realidade tal como ela é em si mesma; são apenas uma idealização, uma normatização da realidade e não a sua tradução objetiva, ou mesmo uma cópia da essência dos fenômenos (SELL, 2010).

territorializada e que cada vez mais se caracteriza pela multiplicidade de apropriações, de acréscimos, de subtrações e também de resistências, sejam elas operárias, indígenas, caboclas ou camponesas.

Destarte, as realidades urbanas aí presentes não poderiam ser diferentes. Dizem respeito a formas espaciais, mas sobretudo a formações socioespaciais, que revelam diferentes maneiras de se expressar o urbano, desde aquelas que categoricamente propagam os valores da sociedade moderna, no sentido da difusão da “urbanização da sociedade” (LEFÈBVRE, 1999) ou da “urbanização extensiva” (MONTE-MOR, 2004), até mesmo aquelas formas híbridas do espaço, de fortes conteúdos rurais, entremeados de valores urbanos do passado e do presente (SILVA; NOBRE JR., 2009).

É essa complexidade e diversidade da vida urbana na região que têm levado a proposições de diferentes teses para a leitura do urbano na Amazônia, algumas delas sintetizadas no quadro 1 e que podem sinalizar para importantes reflexões sobre a compreensão das “cidades na e da floresta”.

QUADRO 1 – AMAZÔNIA: DIFERENTES PROPOSIÇÕES SOBRE O FENÔMENO URBANO.

AUTOR	TESE	PROPOSIÇÃO
Becker	“Selva urbanizada”	Fenômeno diretamente ligado à expansão da fronteira econômica, que já nasce urbana.
Browder & Godfrey	“Urbanização polimorfa e desarticulada”	Diferentes formas de interação socioespaciais e de formações microsociais híbridas como elementos marcantes da urbanização regional.
Hurtienne	“Urbanização estatisticamente descritória”	Patamar de 20.000 habitantes para definir o que é rural e o que é urbano na Amazônia.
Machado	“Tendência à ruralização”	Presença de municípios de formação recente com uma tendência predominantemente rural.
Monte-Mór	“Urbanização extensiva”	Extensão do urbano para além das cidades, por meio de seus valores e de seus modos de vida.
Oliveira	“Difusão da sociedade urbana”	Difusão marcante do modo de vida urbano da região, mas não do domínio da cidade na paisagem.

Fontes: Browder e Godfrey (1997), Machado (2000), Oliveira (2000), Hurtienne (2001), Monte-Mor (2004), Becker (2004). Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Como parte dessa realidade, que sugere interpretações plurais, as pequenas cidades na rede urbana regional tendem a expressar a combinação de elementos e atributos originados em escalas diferenciadas, acompanhando em muito as dinâmicas das sub-regiões das quais fazem parte, e revelando, com isso, particularidades e perfis não necessariamente semelhantes aos de outras regiões do País.

Análises mais acuradas na perspectiva geográfica sugerem-nos considerar sempre as formas espaciais urbanas como formas-conteúdos. Nessa linha teórico-metodológica, as cidades se apresentam como realidades impregnadas de histórias e que só podem ser compreendidas levando-se em conta os processos sociais que as constituem. Apesar de serem governadas pelo presente, tais formas-conteúdos contêm o passado; isso porque suas existências revelam contornos e finalidades que, para ser explicadas, precisam ser datadas e devidamente contextualizadas no tempo. É dessa maneira que se pode conferir um significado a cada forma espacial (SANTOS, 1985).

Para além de suas externalizações como formas, todavia, há de se levar em conta suas formações. Essa premissa ganha relevância para a Amazônia, dada à sua condição de ser espaço reconhecidamente de fronteira econômica, para onde tendem a se reproduzir de maneira intensa e de forma impactante, relações associadas às novas lógicas de expansão do modo capitalista de produção. Isso não significa dizer que essa tendência não se coloque para outras realidades do mundo globalizado, mas é interessante destacar a forma como esses processos aí se manifestam:

Chama atenção... um aspecto particular de nossa realidade amazônica: a coexistência de formas diferentes de produção, que foram caracterizadas como sendo “tradicionalistas” e “modernas”... Os termos são ambíguos e sujeitos a crítica, mas suficientemente claros para entender-se do que se trata (...) Processa-se hoje, na Amazônia, o encontro ou, mesmo, o confronto de modos de produção diferentes... Esse fenômeno, entretanto, está ocorrendo diferentemente do processo que se verificou historicamente nos primeiros países industrializados. O confronto de formas de produção diferentes na Europa moderna, por exemplo, surgiu de dentro da própria sociedade; foi a partir da crise da sociedade feudal que emergiu o modo de produção capitalista, através de um processo de transformações técnicas, econômicas, sociais e políticas geradas internamente. Já o confronto que está se verificando hoje na Amazônia, entre formas sociais de produção, não se originou endogenamente: procedeu de fora, pela imposição, pela invasão, pela penetração violenta de um modo de produção que, por não ter sido gerado internamente, não reflete o estágio de avanço coletivo das forças produtivas da própria região. Daí seu caráter particularmente agressivo, destrutivo, física e culturalmente desarticulador, muitas vezes denunciado; daí, também, a necessidade de se pensar, de se analisar esses problemas em termos diferentes daqueles em que se tem refletido sobre a história da Europa ou da América do Norte (HÉBETTE, 1983, p. 169-170).

Essa lógica fez da Amazônia uma fronteira econômica de ação do capital e de controle político do Estado no processo de ordenamento do território brasileiro efetivamente desde a segunda metade do século XX. A região passou a ser vista, portanto, como um espaço em estruturação para onde as relações capitalistas de produção se expandem e se consolidam, alterando, sobremaneira, a organização socioespacial anterior (CORRÊA, 1987; BECKER, 1990a; MACHADO, 2000).

Dada a sua natureza de espaço socialmente produzido (LEFÈBVRE, 1974), sua dinâmica permite reconhecê-la dentro do território brasileiro em uma perspectiva de expansão da fronteira que não se limita à dimensão econômica. É nesse sentido que essa fronteira assume também uma dimensão sociocultural, como bem sugere Martins (1997), ao considerá-la como espaço do conflito social, sendo, por isso, essencialmente, o lugar da alteridade e da diferença. À primeira vista, sustenta esse mesmo autor, ela é o lugar do encontro de sujeitos sociais que são diferentes entre si por razões distintas, mas ela é, por excelência, o espaço do conflito, da alteridade, tornando-a, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e também do desencontro.

Enquanto região, a produção social de seu espaço não reflete uma suposta linearidade histórica, não obstante a forte presença de processos hegemônicos exógenos que marcam sua dinâmica interna. Os conflitos decorrentes de diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um dos grupos humanos que aí se fazem presentes, conforme sustenta Martins (1997), pressupõe, em vez de

uma linearidade história, o desencontro de temporalidades, pois cada um desses grupos está situado diversamente, e não linearmente, no tempo da história.

A diversidade, nesses termos, é produto de relações múltiplas, mas também de particularidades que são definidas pela forma com que se apresenta seu potencial natural, a exemplo da própria floresta. Esta deve ser vista não apenas como recurso, mas, igualmente, como parte de padrões culturais e de representações simbólicas que, de uma ou de outra forma, encontram-se mais ou menos presentes ou ausentes na configuração espacial das cidades.

### **3. A REGIÃO, ENTRE HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES**

Alguns elementos são apontados por Santos e Silveira (2001) para caracterizar a Amazônia em face da dinâmica de modernização do território, a saber: a) as baixas densidades demográficas e técnicas; b) a importância das novas redes técnicas, a exemplo das rodovias e das hidrovias; c) a fraca centralidade do transporte e da comunicação; d) o inventário de recursos a ser feito; e) a possibilidade do conhecimento de seus recursos e de suas potencialidades, fundada em modernos satélites e radares; f) a convivência de sistemas de movimentos modernos e rápidos com sistemas lentos e tradicionais; g) as conexões das cidades mais importantes, estabelecidas notadamente com espaços extralocais; h) as relações esgarçadas dessas mesmas cidades com suas respectivas hinterlândias; i) a presença de nexos de globalização em áreas produtivas voltadas para a exportação; j) a existência de cidades modernas como pontos de apoio à novas atividades econômicas.

Esse novo e complexo perfil regional, que confere novas características também à dinâmica da rede urbana regional e de suas cidades, tende a estabelecer um conjunto de relações que colocam em xeque a estrutura rígida da rede urbana tradicional, assentada, em grande medida, nas “cidades da floresta”. Nesse sentido, definem-se também conexões que configuram uma rede de “curtos-circuitos”, que prescindem da lógica da hierarquia urbana tradicional. Mais do que isso, são cidades que expressam, por excelência, elementos do meio técnico-científico informacional e da modernização do território (SANTOS, 1994 e 1996), que passa a se configurar especialmente a partir da década de 1960.

Trata-se, portanto, de novos objetos inseridos na nova dinâmica territorial, como as modernas plantas industriais; os recentes sistemas de circulação, estabelecidos pelas rodovias e ferrovias; as modernas redes de telecomunicações; os sofisticados sistemas portuários; a expansão da rede de energia elétrica, apoiada na instalação de modernas hidrelétricas; a presença dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura, e, igualmente, suas franjas urbanas avançadas ou de fragmentos delas no interior da configuração urbana mais tradicional.

É lícito destacar, entretanto, que essas mudanças, relacionadas à modernização do território, não se deram ao longo das últimas décadas de forma homogênea nos diversos espaços intraurbanos e nem em todo o espaço regional. Há uma diferenciação intrarregional e também intraurbana a ser

considerada, que referenda uma difusão não homogênea da modernidade do presente no território brasileiro, considerada também por Santos e Silveira (2001).

Ressalta-se, nesse sentido, que as mudanças mais recentes observadas no atual arranjo espacial das cidades amazônicas encontram ainda resistências para sua efetivação. Isso ocorre, sobretudo, pela permanência dos usos já estabelecidos, o que constitui uma forma de contradição entre o espaço que se concebe e o espaço que demarca vivências cotidianas (LEFÈBVRE, 1974). Esta parece ser uma questão que revela, ao mesmo tempo, um potencial para pensar as cidades amazônicas, considerando suas particularidades, como também um desafio para as políticas urbanas e regionais.

Diretamente atrelada a espaços externos de comandos, a Amazônia sugere respostas enquanto região, no plano do território, às necessidades do novo arranjo espacial no âmbito global e aos novos esquemas de relações nos quais se encontram circunscritas as demandas por seus recursos. Tende a apresentar, assim, uma configuração espacial formada por objetos definidos por um conjunto de ações cada vez mais estranhas aos lugares e às sub-regiões que compõem a sua diversidade territorial, sem, entretanto, anular de forma cabal configurações espaciais e relações até então existentes. É nesse sentido que:

os arranjos espaciais, nessas condições, não se dão apenas como no passado, figuras formadas de pontos contínuos. Hoje, também, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores (SANTOS, 1994, p. 104).

Subjacente a essa proposição, está colocada a importância das noções de verticalidades e de horizontalidades tratadas pelo mesmo autor (SANTOS, 1994 e 1996). Tais noções tornam-se referências importantes para a presente discussão, posto que ajudam a interpretar a dinâmica e a natureza da reestruturação socioespacial que dinamiza o espaço amazônico nos dias atuais, ao mesmo tempo em que sugerem a existência de temporalidades diferenciadas para compreender a dinâmica de formações espaciais urbanas.

No caso amazônico, acompanhando a dinâmica de realidades cada vez mais inseridas em circuitos de natureza global, alguns atributos das espacialidades tornam-se menos rígidos do ponto de vista da continuidade e da contiguidade absoluta. Os nexos de energia passam a ser substituídos por nexos de informação, em que se definem além de recortes horizontais - espaços contínuos, formados de partes agregadas, condição e resultado das relações de produção propriamente dita -, também verticais - pontos separados uns dos outros que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, e que resultam das novas necessidades de intercâmbio e de regulação econômica e social (SANTOS, 1994, 1996).

Em outros termos, as “solidariedades organizacionais” de hoje tendem a substituir as “solidariedades orgânicas” de outrora (SANTOS, 1994, 1996). É essa lógica territorial, que combina horizontalidades e verticalidades, continuidades e descontinuidades, regulações e hierarquias,

complementaridades e dominações, comandos e obediências, que implica, em consequência, novos papéis para os núcleos urbanos situados na diversidade territorial amazônica.

#### **4. PENSANDO UMA TIPOLOGIA DAS PEQUENAS CIDADES E SUAS RELAÇÕES COM O AMBIENTE**

Para as pequenas cidades da região, considerando as premissas anteriormente expostas, três tipos principais podem ser, de imediato, reconhecidos: as cidades-empresa, as cidades rodoviárias e as cidades tradicionais.

Bases logísticas de grandes complexos econômicos, as cidades-empresa, “cidades na floresta” por excelência, foram implantadas como cidades modernas e bem equipadas, reforçando a difusão do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1994, 1996) e os nexos da urbanização para o interior da região e, portanto, para fora das maiores cidades até então existentes. Dinamizadas por verticalidades e por “solidariedades organizacionais”, conforme os termos de Santos (1994, 1996), inserem a região em circuitos globais de produção e de acumulação de capital. Nesse sentido, tais cidades, sempre associadas a “grandes objetos” (SANTOS, 1995), indicam:

a) a negação de um passado regional, considerado, no seu arranjo espacial, pouco adequado à difusão dos novos nexos da globalização, e afirmam-se por meio da retórica de construção de um meio técnico-científico informacional, mais adequado aos interesses das empresas;

b) um processo de urbanização do território, possibilitando que a região na qual se encontram inseridas, principalmente na Amazônia oriental, cresça mais que a respectiva metrópole regional; processo esse que acompanha a mesma tendência que se apresenta para o Brasil, mas que não está presente, por exemplo, na Amazônia ocidental;

c) um perfil de “cidades econômicas” e “corporativas” (SANTOS, 1993), controladas pelas corporações, que rompe com padrões tradicionais da vida urbana e valoriza a presença das empresas - com organização de trabalho e produção alinhada às novas demandas do mercado global - e de seus “staffs” para a dinâmica da vida política e social local, inclusive com a difusão de novas expressões de consumo;

d) formas de articulação dos lugares em que predominam esquemas de comunicação e de dependência em relação ao externo, em que o peso das “solidariedades organizacionais” - que respeitam a hierarquia e a interdependência da organização empresarial - define muito mais verticalidades que horizontalidades;

e) a inserção da Amazônia em nexos globais de produção e de informação no período técnico-científico informacional, reafirmando o papel dessa região na nova Divisão Territorial do Trabalho como “região do fazer”, ou região que obedece aos comandos definidos nas “regiões do mandar” (SANTOS, 1995).

A partir dessa primeira caracterização das pequenas cidades-empresa, três subtipos podem ser identificados (quadro 2):

QUADRO 2 – CIDADES-EMPRESA: TIPOS SEGUNDO A RELAÇÃO COM O ENTORNO.

TIPOS	PARTICULARIDADES	EXEMPLOS
Cidades Fechadas	Interdição, controle, vigilância, espaços residenciais voltados para atender a demanda das empresas.	Carajás – Projeto Carajás (Município de Parauapebas -PA).
Cidades Semiabertas	Menor controle, oferta de serviços, menos vigilância, oferta regular de alguns serviços para o entorno.	Vila Permanente de Tucuruí – Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Município de Tucuruí-PA).
Cidades Abertas	Maior interação, sem guarita, aparentemente sem controle e interdição.	Vila dos Cabanos – Complexo Albras-Alunorte (Município de Barcarena-PA).

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Esses três subtipos - fechadas, semiabertas, abertas - têm suas particularidades definidas em razão do controle exercido pelos empreendimentos nos quais as cidades se encontram inseridas, com maior ou menor possibilidade/facilidade de adquirir um lote ou unidade construída para fins de assentamento permanente (residenciais, comerciais etc.) por pessoas outras que não os funcionários das empresas; disponibilidade de oferta de atividades e serviços para as populações do entorno; assim como em relação a maior ou menor dificuldade para acessar o núcleo urbano, ali permanecer e/ou utilizar temporária ou permanentemente a infraestrutura existente.

Do ponto de vista da relação com o ambiente do entorno, é flagrante a negação da multidimensionalidade de elementos como o rio nessas cidades, a exemplo do que acontece com Vila dos Cabanos e Tucuruí, uma vez que este é visto principalmente como via de exportação e como espaço de contemplação e lazer. É o que acontece, por exemplo, com a pesca esportiva, agora bastante difundida no lago artificial do reservatório de Tucuruí e a presença do Festival do Tucunaré, voltado para lazer e entretenimento com assimilação de comportamentos distantes das práticas culturais locais, mas que atraem turistas e visitantes de várias partes da região e do País, que difundem valores da sociedade urbana moderna. Ademais, a própria construção da hidrelétrica e o processo de urbanização do entorno impactou na vida cotidiana local e se encarregou de subtrair antigas práticas socioespaciais articuladas ao rio e à floresta.

O mesmo aconteceu em relação ao complexo Albras-Alunorte, que transformou praias fluviais locais em espaços de recreação e lazer para os trabalhadores das empresas - dentre eles os que habitam Vila dos Cabanos -; empresas essas que têm sido alvo de notícias e de denúncias relacionadas à poluição hídrica e aos impactos na vida ribeirinha no entorno do projeto e da cidade-empresa.

As cidades e os projetos ao quais se vinculam acabam por exercer também grande pressão sobre a floresta, uma vez que a lógica de implantação que as preside está associada à exploração dos recursos ligados aos circuitos globais, como a exploração de ferro, de bauxita e da água para a produção de energia elétrica. Essa lógica extravertida e com vínculos de relações verticalizadas,

estabelece pouca integração orgânica com o entorno e com a vida local próxima dos projetos e de suas cidades.

Implica, em consequência, num distanciamento dos novos comportamentos difundidos em relação aos saberes e valores da floresta, responsáveis, em grande parte, pela atitude de preservação da vida e do ecossistema ali presentes. Essa mesma forma de articular o local com o global, negando aquele primeiro e seus conteúdos mais enraizados, é responsável, igualmente, por caracterizar esses núcleos urbanos como cidades pequenas, mas não necessariamente como cidades locais, dada a pouca interação e respostas às necessidades e demandas do entorno.

Outro tipo de cidades pequenas que se diferenciam no conjunto regional amazônico são as cidades rodoviárias, associadas à presença de modernas atividades econômicas e locus de atividades urbanas diversas ligadas ao apoio de frentes de expansão, como a madeireira, a pecuarista e a agrícola. São assim definidas devido à grande influência da dinâmica das rodovias, da lógica intencional do Estado (MACHADO, 2000) e pela existência de uma mão de obra de forte mobilidade atraída para a região amazônica (BECKER, 1990a).

A presença de novos agentes econômicos e políticos chegados com as frentes migratórias passaram a definir não apenas o controle da vida econômica local, pondo em xeque o poder das antigas oligarquias existentes, como também confere um novo perfil à vida política do lugar, com redefinições de antigas territorialidades e o estabelecimento de novos controles do espaço local e sub-regional. Essas mesmas redefinições induzem a fragmentação do território, responsável, a partir do surgimento de novos núcleos urbanos ou do crescimento e expansão de antigos povoados, pela formação de uma nova malha municipal em decorrência dos novos municípios que surgem, cuja principal força política local passa a ser formada por esses novos agentes. Nesse caso, pelo menos três tipos de cidades rodoviárias podem ser reconhecidos (quadro 3).

QUADRO 3 – CIDADES RODOVIÁRIAS: TIPOS E PARTICULARIDADES.

CIDADES	SUB-REGIÃO	INICIATIVA	AGENTES	ORIGEM CULTURAL
Colonização Oficial	Amazônia Oriental	Ação direta do Estado (INCRA)	Colonos, funcionários, comerciantes, extrativistas, nativos, burocratas, fazendeiros, migrantes diversos.	Nordeste brasileiro principalmente
Colonização Particular	Amazônia Meridional	Companhias colonizadoras	Colonos, funcionários, comerciantes, investidores.	Centro-Sul principalmente
Espontâneas	Amazônia Centro-Oriental	Ação indireta do Estado	Grupos econômicos, agentes individuais.	Diversa

Fonte: parcialmente inspirado em Becker (1990b). Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

As cidades da colonização oficial, mais presentes na Amazônia oriental, foram originadas em decorrência da ação direta do Estado, por meio do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), que definiu uma espécie de urbanismo rural, concebendo uma hierarquia de cidades -

agrovilas, agrópolis e rurópolis – voltadas para a colonização agrária às margens das rodovias. Para essas cidades foi estimulada a vinda de pequenos produtores migrantes, aos quais se somaram outros agentes, como funcionários públicos, comerciantes, extrativistas, nativos, burocratas e fazendeiros, conforme destacou Becker (1990b).

Com especial presença na Amazônia meridional, as cidades da colonização particular surgiram e cresceram a partir da iniciativa de companhias colonizadoras privadas e com uma concepção de urbanismo rural não muito distante da proposta oficial do Estado. A dinâmica dessas cidades, entretanto, é dada por colonos, normalmente com mais experiência no trato com a terra, funcionários das empresas, comerciantes, investidores etc.; agentes esses, em grande parte, originários do Centro-Sul do País (BECKER, 1990b).

Acompanhando esse processo de surgimento de cidades de forma mais induzida, pulverizaram-se por toda a Amazônia centro-oriental cidades que surgiram e cresceram de maneira mais espontânea, sempre acompanhando a expansão de frentes econômicas, induzidas pela presença indireta do Estado, seja através de políticas de créditos e incentivos fiscais, seja por meio de diferentes formas de atração de migrantes. De origem cultural diversa, a população dessas cidades é composta por diferentes agentes dispostos a vender sua força de trabalho ou a investir nas novas atividades que surgiram, assim como por grupos econômicos e investidores de diversas naturezas (BECKER, 1990b).

Responsáveis por difundir novas atividades e formas de exploração econômica, a dinâmica impressa por essas cidades estabelece uma relação nem sempre muito orgânica com o ambiente do entorno, e que, de certa forma, tende a negar o ecossistema florestal. Normalmente os agentes aí presentes desenvolvem atividades associadas à exploração da madeira, à agricultura moderna e à pecuária, contribuindo para definir uma forte pressão sobre a floresta e seus recursos; prova disso é que um número relativamente significativo desse tipo de pequenos núcleos urbanos está inserido na faixa mais ocupada daquilo que se convencionou chamar de arco do desmatamento na região.

Da mesma forma, a cultura da rodovia implica na difusão de outros valores pouco associados à importância do rio visto na sua multidimensionalidade. Ainda que este seja considerado muitas vezes como fonte de recurso alimentar, tende-se a predominar a função mais lúdica e associada ao lazer e com pouca preocupação com a conservação do recurso hídrico. Por essa razão, não raro, os cursos fluviais que cortam ou banham essas cidades sofrem de sérios problemas de poluição ambiental; problemas esses que também se expressam na atmosfera, causados pela derrubada ou queima da mata para o aproveitamento da madeira, para a formação de pastos e para a difusão da agricultura mais moderna, sempre voltados para uma nova forma de reprodução econômica articulada a outros mercados que não necessariamente os locais.

Não obstante a maior integração com o entorno, se comparadas às cidades-empresa, as cidades das rodovias passam a funcionar ligadas às novas demandas produtivas emanadas do campo

(SANTOS, 1993). Ganham sentido através da difusão das novas lógicas e formas de produção ali presentes e, na maior parte das vezes, associadas à modernização de atividades, a exemplo dos agronegócios que conectam o lugar a escalas mais amplas do espaço; fato este que provoca o distanciamento das práticas socioespaciais relacionadas aos saberes e aos valores da floresta.

Ainda que possam ser vistas como cidades pequenas e locais, dada a forte relação com esse entorno do qual dependem, são núcleos urbanos relativamente instáveis. Normalmente dependem da lógica do mercado para um bom dinamismo econômico, e, a despeito da presença de novos fluxos e de relativa circulação de capitais, faz-se recorrente a presença de sérios problemas de infraestrutura, de saneamento básico e de oferta de serviços essenciais que assegurem um relativo padrão de vida a seus habitantes e do entorno. Por conta disso, é comum os habitantes, que chegaram como migrantes nessas cidades, saírem em busca de atendimentos de saúde, educação etc. em capitais e cidades de melhor infraestrutura em seus estados de origem.

Se até aqui vimos a presença mais ou menos relevante de “cidades na floresta” na relação desses novos núcleos urbanos com a região, as cidades situadas em regiões pouco ou apenas indiretamente impactadas pelas frentes econômicas tendem a estabelecer outras relações com o ambiente da floresta. São cidades tidas como tradicionais e consideradas pioneiras no processo de organização do território, posto que algumas surgiram ainda nos primeiros momentos da colonização. Tais núcleos urbanos são presididos por um tempo lento e dinamizados por atividades econômicas tradicionais, praticadas principalmente no seu entorno, mas que, internamente, imprimem-lhes dinamismo e particularidades, tal a relação entre as dimensões do rural e do urbano nelas existentes.

Mesmo não apresentando um perfil homogêneo (quadro 4), esses pequenos núcleos, diferentemente daquelas outros até aqui discutidos, não têm a figura do migrante como elemento marcante da dinâmica urbana. A população que neles se faz presente é, em grande maioria, de origem local, o que sugere, igualmente, um forte enraizamento cultural, e, em consequência, poucas propostas de fragmentação da malha municipal. Isso reforça a existência de uma forte coesão territorial e política que não foi abalada pela chegada de agentes provindos de outras regiões; bem diferente, portanto, das cidades-empresa e das cidades rodoviárias. Por outro lado, são cidades onde ainda é forte a influência dos “notáveis” (SANTOS, 1993), agentes de tradição local e com relativa força econômica e/ou simbólica ligados à história local, que dominam e controlam a cena política e social em âmbito municipal ou sub-regional.

QUADRO 4 - CIDADES TRADICIONAIS: TIPOS E PARTICULARIDADES.

CIDADES	PADRÃO DE OCUPAÇÃO	POPULAÇÃO	VÍNCULOS CULTURAIS
Cidades Ribeirinhas	Várzea/rio/floresta	Nativa	Fortes enraizamentos
Cidades de Colonização Agrária Antiga	Terra firme/estrada/colônia agrícola	Migrantes do passado	Mesclagem cultural mais antiga
Cidades Híbridas	Padrão multiforme	Predomínio da população nativa	Mesclagem cultural mais recente

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Diferentemente de cidades beira-rio, que reduziram a sua relação com o rio para uma ou outra de suas dimensões, as cidades ribeirinhas são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações para com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, e, ainda, como elemento de lazer e de contemplação. Tais cidades desenvolveram um padrão de ocupação regional em que três elementos do ambiente – várzea, rio e floresta (PORTO-GONÇALVES, 2001) - se combinam de forma muito próxima. Com grande presença da população nativa, são aquelas com elementos culturais mais enraizados aos valores e saberes da floresta e do rio.

Além das ribeirinhas, há aquelas que não necessariamente estão ligadas à vida do rio, mas que guardam elementos de tradição nas suas formas e conteúdos espaciais com o ambiente do entorno. Referimo-nos às cidades que estão mais ligadas a um padrão de organização do espaço associado à colonização agrícola não recente, a exemplo daquelas da Zona Bragantina, no Nordeste Paraense – com padrão de ordenamento territorial que vincula a cidade à terra firme, à circulação ferroviária/rodoviária e à produção agrícola. São cidades que atraíram migrantes ainda na primeira metade do século XX e, por essa razão, reforçam vínculos culturais que mesclam elementos mais locais com outros provindos de suas regiões de origem, consolidados há certo tempo.

Por toda a região, é comum, entretanto, reconhecer a presença de cidades tradicionais, mas inseridas em diferentes processos de transformação que lhes conferem um caráter híbrido, em que permanências de formas e conteúdos se mesclam a elementos de mudanças mais recentes e onde há ainda certo predomínio de populações nativas da região.

Mesmo considerando, conforme afirmado anteriormente, que as cidades ribeirinhas são as que mais conservam valores e saberes da floresta e do rio, traduzindo-os para a sua dinâmica interna, em todos os tipos mencionados, entretanto, ainda são fortes a múltiplas dimensões de sua relação com o ambiente do entorno, seja de ordem mais funcional ou material, seja de natureza mais simbólica. A pouca presença de atividades e formas de exploração econômica ditas modernas, já que a dinâmica desses núcleos se liga principalmente às atividades de agrossubsistências, contribui para a pouca pressão sobre os elementos do ecossistema do entorno. Reforça-se, assim, uma maior integração com a

sub-região em que se inserem, configurando laços de horizontalidades e “solidariedades orgânicas”, conforme a definição de Santos (1994, 1996).

Essa condição e a interessante projeção de saberes de populações tradicionais que veiculam valores e elementos da cultura ligados a um gênero de vida alicerçado na dinâmica da floresta e dos rios, faz reconhecermos esses núcleos urbanos como cidades verdadeiramente locais. Isso ocorre tal a importância das mesmas como localidades centrais para as suas respectivas sub-regiões, assim como pela responsabilidade territorial (BITOUN, 2009) que a elas é atribuída, no sentido de atender ao entorno com a oferta de serviços e atividades consideradas essenciais.

Pensar a relação dessas pequenas cidades com a região, portanto, pressupõe considerar a diversidade de suas formas e a natureza de seus conteúdos. Mas, de qualquer maneira, do ponto de vista de suas inserções com os ambientes do entorno, notadamente aqui com o ecossistema da floresta, as cidades ditas tradicionais parecem nos apontar elementos interessantes para se pensar em políticas urbanas e territoriais que estejam sintonizadas com “solidariedades mais orgânicas” que com as “solidariedades organizacionais”, mencionadas por Santos (1994 e 1996).

Não obstante os problemas de infraestrutura e de carência que apresentam, são cidades com uma ecologia urbana pouco diversificada, que estabelecem forte relação com o espaço imediato em que se inserem, exercendo pouca pressão sobre os elementos do entorno e sobre os seus recursos. Ademais tendem a reforçar a densidade das horizontalidades estabelecidas para com o entorno, em razão dos vínculos culturais existentes e da base econômica provinda do ecossistema que lhe está próximo. Mesmo que estejam, de uma forma ou de outra, inseridas a lógicas globais, tendem a negar a exclusividade dessa mesma lógica na definição de práticas cotidianas plurais da vida urbana que nelas se animam.

Isso também lhes permite o atendimento de demandas sociais particulares, a manutenção de seu caráter local e a negação da estandardização de sua paisagem, mesmo que alguns elementos, do ponto de vista político, ainda se apresentem como desafios rumo a um novo modelo de desenvolvimento, como: a forte presença ainda dos “notáveis” no comando do poder local; a dificuldade de deslocamentos rápidos e de articulação política, muitas vezes em razão das distâncias e da mobilidade mais ligada a um tempo lento. Da mesma maneira, despertam a necessidade, em suas formas de planejamento e gestão, de adoção de instrumentos de participação e de gestão democrática mais associados às suas demandas híbridas, que as articulam organicamente com a floresta.

## **5. À GUIA DE CONCLUSÃO: DAS COEXISTÊNCIAS À URBANODIVERSIDADE**

Tornou-se comum referir-se à Amazônia associando-a às noções de biodiversidade - diversidade de sua vida animal e vegetal - e de sociodiversidade - diversidade cultural e social de suas populações. Nossa preocupação aqui foi também contribuir no sentido de pensar a Amazônia como

uma região não homogênea e, ao mesmo tempo, chamar atenção para formas e conteúdos diferenciados decorrentes de seu processo de urbanização atual, destacando a importância das pequenas cidades e a maneira como esses núcleos urbanos interagem com o seu entorno, metaforicamente identificado como o ambiente da floresta.

A urbanodiversidade assim entendida é revelada não somente por diversas formas de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem normalmente de processos originados externamente à região, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face desses movimentos de diferentes naturezas que chegam à região.

A preocupação com essa diversidade territorial e urbana se coloca também como reflexão que possa estimular ações, no âmbito das políticas territoriais e urbanas, capazes de reconhecer a presença de “amazônias” (PORTO-GONÇALVES, 2001), plurais, portanto. No âmbito do planejamento e da gestão, os núcleos urbanos, também plurais, não podem ser concebidos a partir de referenciais tornados padrão para o diversificado conjunto de cidades brasileiras, mas sim por um conjunto de ações pautadas em diagnósticos e diretrizes que sejam permeáveis a essa realidade socioespacial que se apresenta diversa.

A partir da década de 1960, a riqueza da Amazônia é redimensionada do uso da floresta como matéria-prima extrativista para incluir também o uso do subsolo, do potencial hidrelétrico e da terra (CORRÊA, 1987). Nesse novo contexto, o sentido da floresta igualmente é redefinido substancialmente. Preocupado em compreender tais mudanças, Porto-Gonçalves (2001) propôs um esquema de entendimento assentado em padrões de ordenamento territorial. O primeiro deles está associado à gênese das primeiras cidades surgidas e daqueles núcleos urbanos criados antes do advento das rodovias na região. Trata-se de cidades que cumpriram um papel histórico na produção inicial do território sob a perspectiva do colonizador e que obedeciam a um tipo de ordenamento territorial nomeado por aquele autor como sendo o padrão “rio/várzea/floresta”. Difere-se, portanto, do mais recente, identificado como sendo o padrão “rodovia/terra-firme/subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Apenas parcialmente esclarecedores, esses padrões ajudam a explicar a ruptura mais expressiva para situar duas lógicas de ordenamento territorial na Amazônia. Tal observação se faz procedente, uma vez que, não raro, têm sido feitas proposições e abordagens que reduzem a complexidade das cidades e da rede urbana amazônica a esses dois padrões ou a esquemas que deles se aproximam, como se os mesmos fossem capazes de configurar a diversidade regional antes e posterior a década de 1960, assim como da vida urbana que se desenrolou na região nesses dois períodos.

Ressalta-se, com isso, a preocupação de não se reduzir a complexidade das cidades e da rede urbana a interpretações rígidas, a menos que as tomemos apenas como pontos de partida para incursões posteriores mais esclarecedoras. Nesse sentido, tem-se que lidar com temporalidades e espacialidades diversas que coexistem de forma tensa ou não dentro do ambiente da floresta.

É nesse sentido que os “tipos ideais” de “cidades na floresta” e “cidades da floresta” também devem ser tratados. Muito mais conviventes e coexistentes, que, propriamente, duais e excludentes, essas formas extremas de considerar a cidade e a vida urbana no contexto do ambiente da floresta tendem a se complexificar diante de distintas combinações de atributos decorrentes de processos que se originam em espaços mais próximos ou mais distantes, responsáveis pela configuração espacial regional. Tal é o propósito de se estabelecer “tipos ideais” para se refletir sobre essa complexidade (quadro 5).

QUADRO 5 – “TIPOS IDEAIS” E ATRIBUTOS DA FORMA URBANA NA AMAZÔNIA.

ATRIBUTOS	CIDADES NA FLORESTA	CIDADES DA FLORESTA
Circulação	Rodoviária, ferroviária, aeroviária	Fluvial, ferroviária
Tempo	Técnico-científico e informacional	Lento
Relações	Organizacionais	Orgânicas
Práticas Econômicas	Mercantis, corporativas	Tradicionais, de subsistência e solidárias
Inserção	Nacional, global	Local, regional
Valores	Estandardizados	Enraizados
Modo de Vida	Sociedade urbana	Sociedade rural
Natureza	Recurso, simulacro	Recurso, lazer, circulação, simbolismo
Entorno	Distanciamento	Proximidade
Ecosistema	Impactado	Potencializador

Elaboração: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.

Os atributos aqui elencados se entrecruzam, definindo não apenas dois “tipos ideias”, mas uma pluralidade de formas e de conteúdos socioespaciais que caracterizam muito mais espaços híbridos, que propriamente formas homogêneas de cidades. Não obstante, há uma tendência das políticas territoriais e urbanas para a Amazônia de reforçar padrões de urbanização que se aproximam cada vez mais de um perfil de cidade que se distancia dos valores, dos saberes e do ecossistema florestal predominante.

A leitura da diversidade urbana, considerando aqui a presença de cidades tradicionais, tidas como pobres, pouco desenvolvidas, mas com experiências de produção do espaço que valorizam a interação com floresta e com rio nas suas múltiplas dimensões, chama a atenção para a necessidade de apontar possibilidades de outras formas de desenvolvimento. Estas devem considerar a pluralidade de tempos e de espaços e, concomitantemente, fazer contraponto a um modelo único de políticas de

desenvolvimento que neguem o ambiente da floresta em nome da edificação de cidades modernas e distantes das verdadeiras potencialidades ecológicas e culturais da região.

Da concepção de “cidade na floresta”, que domina as políticas territoriais e urbanas na Amazônia, cumpre atentarmos para as experiências de vidas urbanas presentes nas “cidades da floresta”. Estas últimas, que ainda assumem grande importância na estrutura da rede urbana regional, são normalmente invisibilizadas nas políticas oficiais, mesmo oferecendo possibilidades de reflexão que encaminham não só para a avaliação sobre a natureza da urbanização em curso, como também que estimulam outras formas de conceber e de “ordenar” os espaços urbanos na região de maneira menos formatada a padrões externos.

Essas mesmas possibilidades, portanto, sinalizam para a existência de potencialidades endógenas a ser consideradas; potencialidades estas sempre assentadas na vida cotidiana dessas populações urbanas e na forma como se articulam com o ecossistema do qual fazem parte. Esse exercício de leitura de uma região não homogênea, sugere pensar a urbanodiversidade amazônica e, ao mesmo tempo, o deslocamento de olhares, permitindo revelar a pluralidade de suas formas espaciais e de seus conteúdos urbanos, de maneira a alcançar a riqueza das práticas sociais aí presentes, mediadas pela ausência ou presença da floresta como elemento dominante, seja na paisagem, seja no imaginário social e cultural da região.

## Referências:

- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990a. (Série Princípios).
- \_\_\_\_\_. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B.; MACHADO, L.; MIRANDA, M. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990b. p. 131-144.
- \_\_\_\_\_. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BITOUN, J. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (Orgs.). *Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais*. Recife: FASE, 2009.
- BROWDER, J.; GODFREY, B. *Rainforest cities: urbanization, development and globalization of the Brazilian Amazon*. New York: Columbia University Press, 1997.
- CASTRO, E. (Org.). *Cidades na floresta*: São Paulo: Annablume, 2008.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 2004.
- HÉBETTE, J. Ciência e tecnologia para a Amazônia? *Cadernos NAEA*, n. 7, Belém, p.169-174, 1983.
- HURTIENNE, T. P. A dinâmica da ocupação da Amazônia: urna análise dos dados populacionais. In: COELHO, M. C. *et alii* (Orgs.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup, 2001. p. 216-283.
- LEFEBVRE, H. *La producción de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MACHADO, L. O. Urbanisation et marché du travail en Amazonie brésilienne. In: DIAS, L. C.; RAUD. C. (Orgs.) *Villes et régions au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 2000. p. 165-191.
- MARINHO, T. P. ; SCHOR, T. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/ AM. *Geografares*, Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 7, p. 77-92, 2009.
- MARTINS, J. S. *Fronteira: degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MONTE-MOR, R. L. M. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). *Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 112-122.
- OLIVEIRA, J. A. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.
- ONIS, J. *The green cathedral: sustainable development of Amazonia*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985 (Col. Espaços).

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 25).

\_\_\_\_\_. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (Orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Edufpa, 1995. p. 13-20.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SELL, C. E. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, M. A.; NOBRE JR., B. *Uma especificidade da relação rural-urbano na Amazônia*. Macapá: UNIFAP, 2009. (mimeo.)

SMITH, N. J. H. *Rainforest Corridors*. Los Angeles: University of California Press, 1982.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.